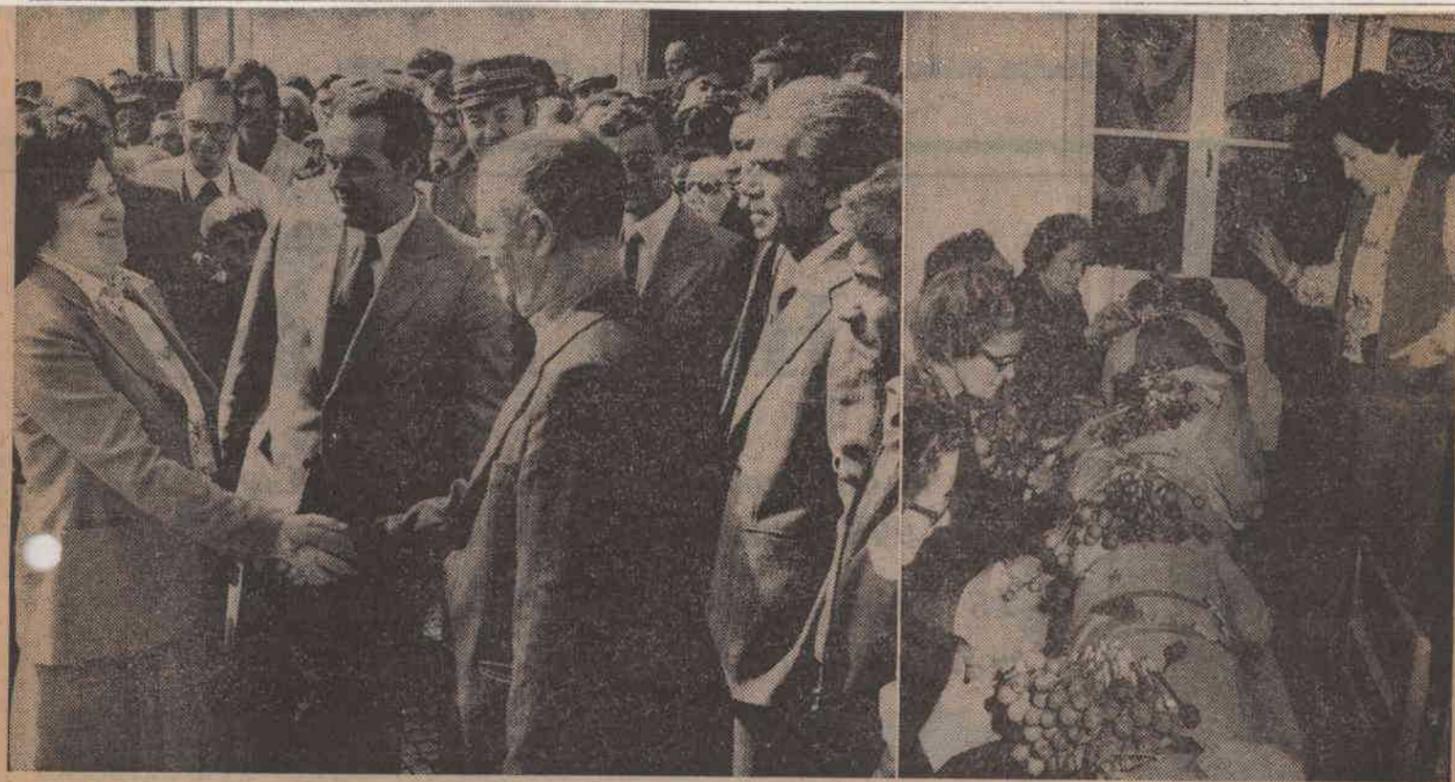




DIÁRIO DE NOTÍCIAS	- 8 OUT. 1979	DIÁRIO POPULAR	
SÉCULO		DIÁRIO DE LISBOA	
JORNAL DO COMÉRCIO		CAPITAL	
DIA		REPÚBLICA	
DIÁRIO		JORNAL NOVO	
PRIMEIRO DE JANEIRO		LUTA	
JORNAL DE NOTÍCIAS			
COMÉRCIO DO PORTO			



(Foto «DN» — Luis Saralva)

Maria de Lurdes Pintasilgo recebem os cumprimentos do director do Asilo de Santa Maria, onde se procura manter a tradição das «Rendeiras de Peniche», cujo labor, como a imagem testemunha, foi igualmente apreciado pela primeiro-ministro

Lurdes Pintasilgo foi no sábado a Peniche

“Tem de ser diferente” a aplicação da Lei de Bases da Reforma Agrária

• A preparação de uma lei-quadro de energia foi também anunciada pela primeiro-ministro

Para além dos problemas locais que focou, na visita que fez no sábado a Peniche, nomeadamente o da construção naquela vila, de um centro de saúde de tipo integrado, com uma ampla acção hospitalar, a primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo referiu-se a outras questões de dimensão nacional, anunciando a preparação pelo actual Governo de uma lei-quadro de energia e advogando no domínio nuclear — embora a título pessoal e sem qualquer vinculação para o Executivo — a consulta aos representantes do povo nas autarquias no que respeita à construção (ou não) de uma central em Portugal.

Respondendo, em sessão pública, às interrogações formuladas, Maria de Lurdes Pintasilgo sublinhou o propósito do Governo de «cumprir» a lei de bases da Reforma Agrária acrescentando, porém, que a forma como a mesma é executada «tem de ser diferente». A primeiro-ministro, que desmentiu ao «DN» a existência de qualquer atitude demissionária por parte de alguns membros do seu Governo — «isto é completamente falso e não tem o mais pequeno fundamento. Não há nenhum ministro demissionário e muito menos o senhor ministro da Agricultura» — adiantou ainda, que, na próxima semana, os problemas agrários vão merecer a particular atenção do Executivo.

Com o Sol a assomar-se por entre as nuvens, a pôr termo a dois dias de chuva persistente na região, Maria de Lurdes Pintasilgo recebeu as primeiras saudações penichenses ainda a alguns quilómetros da vila. No Alto da Foz, no limite do concelho, encontravam-se os representantes das autarquias locais que cumprimentaram a primeiro-ministro e os membros do Governo que a acompanhavam; os ministros da Justiça e dos Assuntos Sociais, respectivamente Pedro Macedo e Bruto da Costa e o secretário de Estado da Administração Regional e Local, José Penha. Só mais tarde o secretário de Estado das Pescas, Duarte Silva, se juntou à comitiva.

A chegada a Peniche, cerca das 11 e 30, algumas centenas de populares — não era muito densa a concentração das pessoas porque eram Foras de lota — aplaudiram a chefe do Governo quando esta desceu do carro que a transportara até à Câmara Municipal. Antes, porém, de entrar no edifício, a primeiro-ministro deteve-se, por alguns momentos, em breve diálogo com habitantes da vila.

As boas-vindas do município

Já no salão nobre dos Paços do Concelho, numa breve sessão de boas-vindas, o presidente do Município aproveitou o ensejo para enunciar alguns dos principais problemas que afectam a região, referindo, nomeadamente, a carência de habitação, a falta de infraestruturas de terra do porto de pesca, a necessidade de construção de um centro de saúde com funções hospitalares e do reforço do abastecimento de água a todo o concelho.

No breve improviso com que agradeceu as palavras do edil penichense e o acolhimento que

lhe fora dispensado pela população de Lurdes Pintasilgo que «não vimos fazer promessas que não poderemos cumprir» aludindo ao «horizonte temporal» que limita a acção do actual Executivo e à situação das finanças públicas, de reduzida capacidade de manobra. Outro aspecto que lhe mereceu referência foi a paralisação que este Governo veio encontrar em vários sectores da vida pública.

Cumprindo, depois, o programa previamente estabelecido, a primeiro-ministro visitou as instalações provisórias do Tribunal Judicial da comarca e as casas, em construção, para os magistrados e, antes de se deslocar ao local onde decorrem as obras do porto de pesca, esteve nos terrenos onde irão construir-se o Centro de Saúde cujo projecto está concluído, e a futura Casa da Justiça. Mais tarde, a seguir ao almoço, servido num restaurante no Cabo Carvoeiro, Lurdes Pintasilgo foi ao Lar de Santa Maria, uma instituição mantida pela Igreja, para carenciados da terceira idade e para crianças nas mesmas condições, e onde se mantém a tradição das «rendeiras de Peniche» — ali se iniciam as meninas internadas na difícil arte dos bilros — e a um bairro social em construção e cuja conclusão parece comprometida. A paralisação das obras de um conjunto habitacional onde trabalhavam os reclusos no âmbito do Ministério da Justiça, mereceu, a Maria de Lurdes Pintasilgo, uma vigorosa promessa de desbloqueamento.

Política de emergência e Reforma Agrária

O ponto alto da visita teve por cenário o ginásio da Associação de Educação Física, Cultural e Recreativa de Peniche, onde decorreu a sessão pública durante a qual os membros do Governo foram interpelados por representantes de diversos sectores da população, não só em relação a questões locais, mas no concernente a outros problemas de dimensão nacional como os das políticas energética e nuclear. Também os comportamentos do Executivo no que se refere à aplicação da lei na zona de intervenção da Reforma Agrária foram objecto de interrogações.

Em particular, os temas locais circunscreveram-se aos sectores da habitação e das pescas e neste último domínio foi o respectivo secretário de Estado que prestou esclarecimentos, vincando, o escasso aproveitamento das instalações de frio existentes, e anunciando, por outro lado, a efectivação de estudos com vista à possibilidade de atender às pretensões do sector, quanto a preços bonificatórios para os combustíveis. Aquele membro do Governo salientou, contudo, o peso excessivo da massa salarial nos custos de produção, que, nalguns domínios, atinge valores da ordem dos 60 por cento.

Neste período, também o ministro dos Assuntos Sociais equacionou a problemática do regime de pensões dos pescadores, lembrando a dado passo a existência de uma dívida à Previdência, por parte das empresas, de 25 milhões de contos, o que impossibilita a execução de determinados projectos que estariam na mente do Governo.

Por fim, a primeiro-ministro falou da política energética, da central nuclear prevista para Ferrel e do cumprimento da lei

de Bases da Reforma Agrária. E divulgando os trabalhos em curso para a preparação de uma lei-quadro, de energia e, depois, a título individual, o seu pensamento quanto à construção de uma central nuclear no nosso país, deteve-se, particularmente, na apreciação do último ponto citado — a Reforma Agrária.

«Tornou claro este Governo (...) que a sua política era a do cumprimento da lei» disse Lurdes Pintasilgo, acrescentando que quando o seu Gabinete assumiu funções entrava no MAP muitas dezenas de decisões, relativas a entregas de reservas que foram canceladas por este Governo por os processos não estarem na devida ordem, não estarem conforme a lei.

«Isto significa» prosseguiu a primeiro-ministro, «que a política é de seguir a lei. A lei tem sido a mesma dos Governos anteriores; no entanto, a forma como a lei é executada, tem que ser diferente.»

E depois de acentuar que «mais de 50 por cento das reservas que estavam para ser entregues foram sujeitas a um reexame total, e por isso, estão suspensas no Ministério da Agri-

cultura», Lurdes Pintasilgo continuou a defender o princípio da aplicação do diploma que regula o sector de intervenção da Reforma Agrária, adiantando:

«No que diz respeito à entrega de reservas tal como a lei estipula, o sistema tem de ser revisto para que a lei seja efectivamente cumprida.»

E explicitando o seu pensamento que sintetizou em dois pontos: «O Governo tem obrigação, como consta de toda a lei relativa à Reforma Agrária, de respeitar a organização cooperativa dos trabalhadores rurais, sempre que esta se traduza numa efectiva protecção dos trabalhadores e numa rentabilidade das terras por eles trabalhadas; o Governo tem obrigação de respeitar, também, o direito de propriedade individual, dentro do espírito da lei da Reforma Agrária, o que tem de nos conduzir apenas à entrega de reservas a aqueles proprietários que, directamente, vão trabalhar a terra. Isto é letra da lei», afirmou a encerrar o tema, não sem que antes tenha anunciado que «na próxima semana esta vai ser uma das preocupações dominantes da nossa actividade».